



XVIII SIMPURB
Simpósio Nacional
de Geografia Urbana
2024 Niterói

**Uma agenda para
a democratização
da cidade**

3 a 7 DEZ

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Geociências - Campus da Praia Vermelha

GT – 19: Rede urbana e urbanização regional: agentes, processos, interações escalares e complexificação das formas

A ATUAÇÃO DO ESTADO E O PROCESSO DE (RE) PRODUÇÃO DA CENTRALIDADE REGIONAL DE MOSSORÓ (RN)

Moacir Vieira da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte
moacirvs31@hotmail.com

Rita de Cássia da Conceição Gomes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Estadual Vale do Acaraú
ritadecassiaufrn@gmail.com

Rodrigo Emanuel de Sousa Almeida
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
rodrigogeoalmeida@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo principal analisar de que maneira as ações do Estado influenciam nas dinâmicas socioespaciais e econômicas das redes urbanas, configurando espaços de influência (centralidades regionais). Para essa análise, estamos considerando como recorte empírico, a cidade de Mossoró (RN). Para a construção desse texto, desenvolvemos uma pesquisa de cunho bibliográfico (histórico, geográfico) em publicações científicas que discutem essa problemática e esse espaço; concomitantemente, trabalhamos com dados oficiais do IBGE, para análise espaço-temporal de sua centralidade. Destacamos que Mossoró se apresenta como um polo de atração de fluxos na região; sua centralidade é preterida e está ligada às diferentes atividades econômicas; e as ações do Estado, em diferentes escalas e contextos, influíram (tem influenciado) nas mudanças e na manutenção desse fenômeno em Mossoró.

Palavras-chave: Ação do Estado. Mossoró. Produção do espaço urbano. Centralidade regional.

1. INTRODUÇÃO

Iniciamos o presente artigo com uma pergunta: Qual é o papel do Estado nas dinâmicas de (re) produção dos espaços urbanos com influência regional? Tomando por base essa questão, o escrito aqui apresentado objetiva analisar e discutir de que forma as ações do Estado, por meio de políticas públicas, programas ou leis, por exemplo, interferem ou influencia nas dinâmicas das redes urbanas, conformando espaços de influência e sobre influência. Para respondermos ao questionamento anterior e alcançarmos o objetivo ora elucidado, utilizaremos como recorte espacial de (para) análise, a cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte.

Antes de avançarmos nas discussões, consideramos importante destacar algumas das razões que justificam a circunscrição ou a delimitação de Mossoró como recorte espacial desse artigo, a saber: **01.** Essa cidade apresenta diferentes dinâmicas sociais, econômico-produtivas, políticas e espaço-temporais – a serem apresentadas no desenrolar desse artigo – o que permite-nos desenvolver uma análise das possíveis relações estabelecidas e mantidas entre a ação do Estado e a produção da centralidade regional dessa urbe. **02.** No que se refere às características econômicas e populacionais, Mossoró se configura como um espaço citadino de destaque no âmbito do território potiguar, apresentando o 2º maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado – aproximadamente R\$ 8 bilhões (IBGE, 2021); e o 2º maior contingente populacional do RN, com mais de 264.577 habitantes (IBGE, 2020a), sendo superada apenas pela capital do estado, a cidade de Natal; **03.** Ela foi classificada, dentro das pesquisas sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), como uma Capital Regional do tipo C no cenário da Hierarquia (da Rede) Urbanas Brasileira, se constituindo como um dos “nós” principais de convergência de fluxos materiais e imateriais na trama urbana do estado do Rio Grande do Norte (IBGE, 2020b); **04.** esse recorte espacial compõe uma realidade empírica em permanente movimento, mudanças, e dialeticamente, faz parte de uma conjuntura maior, de uma totalidade que para Santos (2006, p. 79), “[...] reproduz o Todo e só tem existência real em relação ao Todo [...]”.

Cabe frisarmos que grande parte dos estudos desenvolvidas sobre o tema **Centralidades Regionais** está alicerçado, principalmente, em investigações que supervalorizam os eixos bens, serviços e fluxos e os aspectos econômicos, funcionais e/ou quantitativos desse fenômeno. Por consequência, partes fundamentais a sua compreensão (ou apreensão), tais como, a sua natureza histórica, dialética, qualitativa e os seus fatores conformativos – a exemplo do papel dos agentes socioespaciais no processo de produção da centralidade – são colocadas em um plano paralelo

ou não prioritário, carecendo assim, de análises que considerem tais dimensões. É nesse sentido, e sem negligenciar os eixos citados, porém abrindo horizontes para debates mais amplos, que propomos uma investigação, de cunho espaço-temporal, que evidencie e analise de que forma o Estado, seja ele na esfera federal, estadual ou local, por meio de suas ações (políticas públicas, programas, leis), influencia na formação e redefinições da centralidade regional de Mossoró.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho (artigo) aqui apresentado se configura com uma pesquisa de caráter bibliográfico, desenvolvida a partir da leitura de textos acadêmicos (de artigos científicos, livros, dissertações, teses, dentre outros) (Gil, 2008) que (con) versam sobre as temáticas: Estado, (Re) Produção do Espaço Urbano, Centralidades Regionais (Corrêa, 1997, 2000, 2018; Santos, 1959, 1977, 2012; Carlos, 1982; Kayser, 1975; Rochefort, 1998; Lefebvre, 2006; Rodrigues, 2007; Sposito, 1998; dentre outros autores); e abordam, de maneira direta ou não, o processo de (re) produção espaço-temporal da centralidade regional em Mossoró (Felipe, 1980, 1982, 1988; Pinheiro, 2006; Rocha, 2009; Santos, 2009; Silva, 2017; e dentre outros). Além disso, foram consultados os documentos e as bases de dados do IBGE no que se referem às pesquisas das Regiões de Influências das Cidades (REGIC de 1972, 1987, 2000, 2008, 2020), objetivando assim, esboçar os cenários hierárquicos e de polarizações da urbe mossoroense ao longo do tempo e dos espaços regionais.

Posto isso, estruturamos e organizamos o presente escrito da seguinte forma: na segunda seção, teceremos uma breve discussão teórica-conceitual sobre as ações do Estado, os processos de (re) produção dos espaços urbanos e a formação de centralidades regionais; posteriormente, apresentaremos, na seção 3, sobre o prisma da REGIC (IBGE), a influência que Mossoró tem exercido na rede urbana do Rio Grande do Norte e sobre outras áreas citadinas circunvizinhas; na seção 4, analisaremos como as ações estatais (por meio políticas e programas, por exemplo) influenciaram (e ainda influenciam) no desenhar da importância urbana e regional da cidade de Mossoró. Na última seção, apresentaremos nossas ideias finais sobre essa temática (possível).

2. ESTADO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E CENTRALIDADE REGIONAL

Colocamos como ponto de partida dessa seção a seguinte premissa: o espaço urbano é um produto da sociedade, resultado de um conjunto de processos que foram acumulados ao longo do tempo (ou, historicamente) e (re) produzido por diferentes agentes sociais, dentre eles, os proprietários dos meios de produção, os grandes fundiários, os agentes imobiliários, o Estado e os agentes sociais excluídos (Corrêa, 1997) em suas múltiplas variações. Tais agentes atuam

configurando, produzindo e reproduzindo o espaço, criando formas díspares, relações desiguais e uma atmosfera com interesses, práticas e estratégias diversas (Corrêa, 2000); e estão inseridos na temporalidade e na espacialidade de cada formação socioespacial capitalista (Corrêa, 2018).

Esse processo de (re) produção dos espaços citadinos acontece de forma diferenciada e desigual entre os lugares e no transcorrer do tempo. Nessa perspectiva, podemos observar tanto na escala intraurbana, como nas redes citadinas, uma combinação de áreas mais desenvolvidas, equipadas com diversos aparatos técnicos e funcionais, em detrimento de outros espaços mais “atrasados”, ou menos “desenvolvidos” do ponto de vista espacial e urbano (Silva, 2017).

O nível de complexidade ou importância de um determinado espaço urbano e as relações que ele pode criar e estabelecer com outros locais, ao ponto de influenciá-los, está relacionado ao grau de desenvolvimento dos seus processos econômico-produtivos, bem como, a qualidade e a quantidade de suas funções, e as tramas espaço-temporais, sociais e políticas que ocorreram e ainda acontecem nele (Carlos, 1982). Podemos então dizer que, as diferenças e as disparidades existentes entre os centros urbanos são resultado direto do modo de produção capitalista; e que a importância de cada urbe vai depender dos níveis de desenvolvimento, tanto qualitativo como quantitativo, desse modo de produção, e da maneira como eles se combinam (Santos, 1977).

Nessa linha de pensamento, e utilizando as ideias de Kayser (1975), podemos enfatizar que uma cidade, dependendo do nível de estruturação e organização de suas diversas atividades, pode se configurar como o eixo central de uma região, uma vez que “não há verdadeira região sem centro, sem núcleo, isto é, sem cidade, por que as regiões vivem por seu centro” (p. 281). Em outras palavras, existe uma relação solidária entre a cidade e a região (Santos, 1959); elas se configuram como dois espaços dinâmicos e interdependentes, de sorte que a realidade urbana não se expressa de maneira distinta ou isolada do seu cenário regional (Rochefort, 1998).

As relações estabelecidas entre “a cidade e a região” nos leva a pensar e a refletir sobre o conceito de centralidade. Entendemos, a partir dos pensamentos (ideias) de Lefebvre (2006), que a centralidade urbana é manifestada, e por sua vez, é compreendida através dos encontros e das coexistências dos elementos que há no espaço; ela é uma forma, um espaço, nele mesmo vazio, que “chama” (que atrai) fluxos e conteúdos diversos; é uma imaterialidade, uma força de atração que só existe a partir de uma base física, de um centro ou de uma cidade, por exemplo; ela é passível de mudanças, podendo ser submetida a processos de definições ou involuções, sejam em escalas temporais (longo, médio e curto prazo), sejam em escalas espaciais (do local ao global) (Pereira; França; Silva, 2015; Silva, 2017); e pode ser abordada ou analisada a partir

de duas escalas territoriais: na escala intraurbana, que tem como base o território da cidade; e a escala dos elos interurbanos, relacionada à rede urbana, conforme explica Sposito (1998).

Complementando tais apontamentos, Silva (2013) frisa que a centralidade concentra e atrai atividades e pessoas em uma área, polariza determinados espaços, sejam intraurbanos ou interurbanos, organizando e orientando os fluxos que o percorrem; majoritariamente, ela reflete, a ideia de concentração de bens, de serviços e de fluxos, e de desigualdades e de descompassos socioespaciais. Nessa perspectiva, entendemos que, como um dos agentes de (re) produção do espaço, as ações do Estado aparecem como um vetor (ente) capaz estimular a conformação e a manutenção da centralidade regional em determinadas urbes, isso porque, a presença e aparente ausência desse agente potencializam as contradições e disparidades inerentes a modo capitalista (Rodrigues, 2007); logo, reforçamos que “o Estado atua fortemente balizado pela classe [e pelos espaços] dominante, que tem mais capacidade para influir politicamente, de maneira a receber vantagens no que tange à distribuição espacial dos investimentos [...]” (Fonseca, 2017, p. 21), gerando espaços *dominantes*, com maiores e melhores condições (de serviços, de infraestruturas e equipamentos, bens) para a reprodução do capital, e outros espaços (mais) carentes, a sombra e a dependência dos primeiros.

Posto isso, consideramos importante enfatizar que “[...] a atuação do Estado insere-se no contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa [...]” (Samson, 1980 *apud* Corrêa, 2018, p. 45); sendo assim, a maneira como ele atua sobre uma cidade e outras não, por exemplo, influencia no papel que esta vai exercer dentro do contexto regional em que ela se encontra. Além disso, as ações estatais podem abrir horizontes para a atuação de outros agentes espaciais, a exemplo das forças de mercado, que tendem a aumentar a importância de um lugar, bem como a sua projeção espacial. Sobre esses processos, Santos (2012, p. 225, *grifos nossos*) destaca que “[...] no interior de um país, as ações do Estado tornam-se [...] interdependentes, o que acarreta muitas consequências sobre o plano da organização do espaço [das cidades e redes urbanas] e, por conseguinte, sobre as mudanças de importância relativa de cada pedaço do território [...]”.

Posto isso, depreendemos que o Estado pode estimular, juntamente com a ação de outros atores socioespaciais, a formação de equipamentos e de funções urbanas em determinado lugar, gerando certo grau de importância (de influência, centralidade) para o mesmo; pode atuar sobre localidades que já possuem certa evidência espacial, econômica e reprodutiva, concedendo-lhes novos atrativos e forças polarizadoras, potencializando sua centralidade regional; ou pode ainda

interferir nas dinâmicas socioespaciais (econômicas, produtivas) de um lugar, fazendo declinar as suas estruturas e as suas funcionalidades urbanas, e paralelamente, diminuir a sua capacidade de atração em relação às áreas adjacentes. São essas nuances que embasam o artigo aqui escrito-proposto; e que nos levam a investigar (analisar) o papel do Estado no processo de (re) produção e redefinições da centralidade urbanorregional de Mossoró, Rio Grande do Norte.

3. A CENTRALIDADE REGIONAL DE MOSSORÓ SOBRE O PRISMA DAS REGIC'S

Realizadas as reflexões teórico-conceituais anteriores, nesse segundo momento do texto, propomos uma discussão (análise) sobre a influência urbanorregional de Mossoró (RN) a partir dos estudos das REGIC's (IBGE). Buscamos identificar as posições (níveis) hierárquicas e as áreas polarizadas por essa cidade na malha e na dinâmica urbana do estado Rio Grande do Norte e de outras urbes circunvizinhas e adjacentes ao longo do tempo; apresentar o cenário atual (ou o mais recente) dos elos urbanorregionais dessa cidade.

A princípio, consideramos importante mencionar que as REGIC's – as pesquisas sobre as *Regiões de Influência das Cidades*, desenvolvidas historicamente pelo IBGE (anos de 1972, 1987, 2000, 2008 e 2020) – classificam a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimitam as áreas de influência a eles associados a partir da disponibilidade e da oferta de equipamentos, bens (comércio) e serviços urbanos e da capacidade de atração de fluxos dessas áreas em relação aos espaços adjacentes; e elas “[...] estabelecem *critérios para a qualificação das cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração* [regiões de influência] no território e *padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas*” (IBGE, 2020b, p. 11, *grifo nosso*). Em breve palavras, parte-se da ideia de que a disponibilidade diferenciada desses bens e serviços geram fluxos populacionais entre diferentes lugares (cidades), configurando áreas polarizadoras (que influenciam) e espaços polarizados (que são influenciados).

Para esboçar as hierarquias urbanas e as áreas de influência de Mossoró ao longo do tempo, nos debruçaremos, de maneira específica, sobre os seguintes estudos do IBGE: *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* (1972) e *Regiões de Influências das Cidades* (1987, 2000, 2008, 2020). Brevemente, teceremos alguns comentários sobre esses estudos, e depois, analisaremos a posição da cidade de Mossoró e sua área de influência frente a cada pesquisa.

A *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* foi à primeira edição da REGIC. Publicada oficialmente no ano de **1972**, foi estruturada com base nos dados dos questionários referentes ao ano de 1966; teve por base metodológica central, as ideias de Michel Rochefort;

e avaliou principalmente os seguintes aspectos: centralidade, hierarquia, áreas de influência dos centros citadinos e os fluxos relacionais estabelecidos entre as cidades (IBGE, 1972 Cantarim, 2015). No ano de **1987**, o IBGE publicou o segundo estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades. Em sua estruturação, tomou por base as informações dos questionários referentes ao ano de 1978; os aspectos avaliados dessa investigação se configuraram de forma semelhante à pesquisa desenvolvida no ano de 1972. A base metodológica principal desse estudo derivou das ideias estruturadas por Walter Christaller em sua Teoria das Localidades Centrais, TLC (IBGE, 1987, 2008; Cantarim, 2015; Silva, 2017).

Em **2000**, o IBGE publicava a sua terceira pesquisa sobre as Regiões de Influência das Cidades. Para a construção desse estudo, o referido órgão tomou por base as informações dos questionários aplicados no ano de 1993; e para a classificação e hierarquização da rede urbana do Brasil, fez uso dos seguintes aspectos avaliativos: a extensão espacial das áreas de influência, a intensidade dos fluxos, e a disponibilidade de equipamentos urbano-funcionais (IBGE, 2000, 2008; Silva, 2017); e considerou como suportes metodológicos principais, as proposições de Christaller, Rochefort e Corrêa (IBGE, 2000, 2008; Cantarim, 2015; Silva, 2017).

A quarta publicação sobre as Regiões de Influência das Cidades foi lançada no ano de **2008** e formulada com base nas pesquisas desenvolvidas em 2007. Estabeleceu a classificação hierárquica dos centros urbanos brasileiros, delimitando a área de atuação e polarização deles. Dentro dos aspectos avaliados, além da hierarquia, da centralidade, dos fluxos e das áreas de influência, esse estudo considerou a função de *Gestão do Território*, entendendo esse território como sendo “[...] aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas sediadas [...]” (Correa, 1995, p. 83 *apud* REGIC, 2008, p.131). Em relação às bases metodológicas, foram utilizadas as ideias de Christaller, de Rochefort e Corrêa, além de Camagni, Salome e Offner (Cantarim, 2015).

A quinta e mais recente publicação das Regiões de Influência das Cidades foi realizada em **2020** e construída a partir da pesquisa realizada no ano de 2018. Ela atualiza a rede urbana brasileira, indicando quais cidades influenciam outras áreas, definindo até onde se estendem essa influência. Ela estrutura essa rede utilizando duas dimensões: “[...] a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis [com subníveis]; e as regiões de influência, identificadas pela ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana [...]” (IBGE, 2020b, p. 13). No que se referem aos suportes metodológicos (técnicos), a REGIC 2018 utiliza a Teoria dos

Fluxos Centrais (Taylor, 2001), que incorpora a TLC de Christaller (1981) a aportes analíticos ou teóricos próprios (IBGE, 2020b). A título de informação, é válido destacarmos que a Teoria dos Fluxos Centrais dá ênfase “às relações externas das cidades de caráter não necessariamente hierárquico, ao mesmo tempo em que não abandona o modo de pensar anterior [hierárquico], baseado em localidades centrais [...]” (IBGE, 2020b, p. 72), partindo da ideia de que os sistemas urbanos são formados por dois processos principais, a saber: “[...] de um lado, a cidade continua a ter o papel de fornecer bens e serviços polarizando sua região de entorno de maneira contígua e, de outro, faz parte de uma rede de ligações de longa distância que se interconecta de forma seletiva” (*ibidem*). Esse caráter dual “é parte constituinte da essência das cidades e está presente, em diferentes graus, em todo centro urbano” (*ibidem*).

Nesse sentido, reforçamos que para cada um dos estudos realizados pelo IBGE, citados anteriormente, foram instituídos patamares ou níveis hierárquicos para as cidades que compõem a rede urbana brasileira; e delimitados as áreas de influência dessas urbes. O quadro 01 sintetiza, para cada estudo da REGIC (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008 e 2020), os níveis de centralidade dos centros citadinos da rede nacional.

Quadro 01: Níveis hierárquicos da Rede Urbana Brasileira de acordo com as REGIC’S

1972	1978/1987	1993/2000	2007/2008	2018/2020
Grande Metrópole Nacional	Metrópoles Regionais	Máximo	Grande Metrópole Nacional	Grande Metrópole Nacional
Metrópole Nacional		Forte	Metrópole Nacional	Metrópole Nacional
Centro Metropolitano Regional	Centro Submetropolitanos	Forte	Metrópole	Metrópole
Centro Macro Regional			Capital Regional A	Capital Regional A
Centro Regional A	Capital Regional	Forte para Médio	Capital Regional B	Capital Regional B
Centro Regional B		Médio	Capital Regional C	Capital Regional C
Centro Sub-regional A	Centro Subregional	Médio para Fraco	Centro de Subregional A	Centro de Subregional A
Centro Sub-regional B		Fraco	Centro de Subregional B	Centro de Subregional B
Centro Local A	Centro de Zona	Muito Fraco	Centro de Zona B	Centro de Zona B
Centro Local B			Centro de Zona A	Centro de Zona A

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das REGIC’s (1972, 1987, 2000, 2008, 2020b).

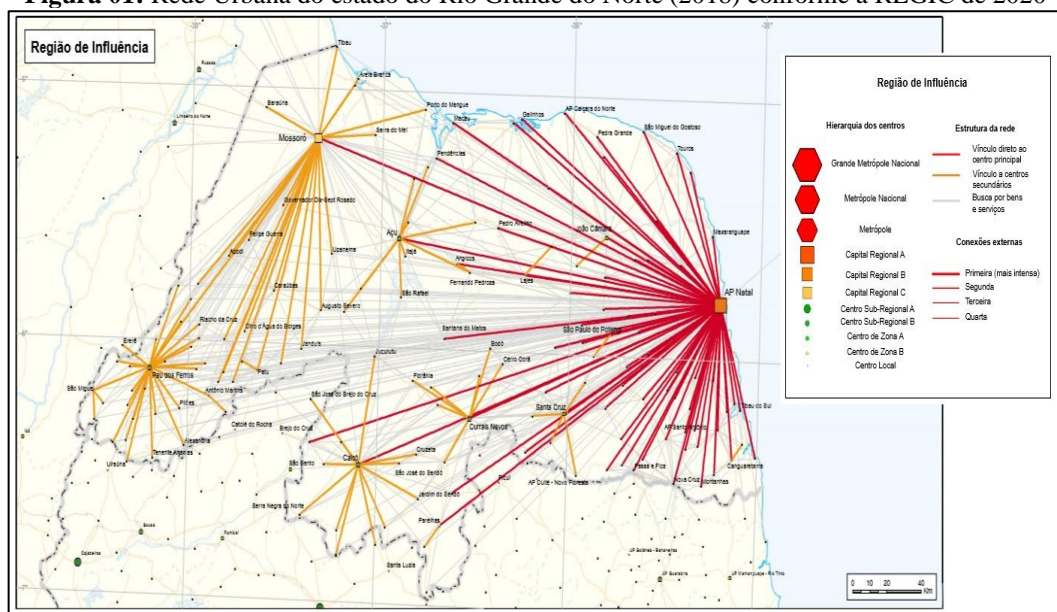
Para os cenários hierárquicos expostos (quadro 01), enfatizamos que a cidade de Mossoró foi classificada com os seguintes níveis de centralidade regional; e apresentou as seguintes áreas de influência (números de cidades sobre a influência desse centro urbano): Em 1972, Mossoró ocupou a posição de **Capital Regional do Tipo B**, influenciando um total de **46 municípios**, todos pertencentes às terras potiguares. Em 1978, ela foi classificada como **Capital Regional** na rede urbana potiguar, apresentando interações espaciais diretas ou indiretas com mais de **70**

municípios, tanto do RN, como do Ceará e Paraíba. Já em 1993, atribuiu-se um nível (ou a intensidade) de centralidade de **Forte para Médio** ao referido centro urbano; na sua região de influência, foram contabilizados **64 municípios**, tanto do território norte-rio-grandense, como paraibano e cearense. Em 2007, Mossoró ocupou o patamar de **Capital Regional de Tipo C** nas classificações da rede urbana brasileira, tendo **39 municípios** sobre a sua área de influência, todos pertencentes ao estado do RN. Em 2018, a urbe mossoroense influenciava **22 municípios** a partir de vínculos diretos, e mais **30 municípios** através de relações secundárias; frente a esse cenário, foi classificada como **Capital Regional do tipo C** na rede urbana nacional e do RN (IBGE, 1972; 1987; 2000; 2008; 2020b).

A partir das informações expostas, percebemos que historicamente a cidade de Mossoró ocupa níveis hierárquicos de destaque em sua trama urbana; e a luz dos critérios utilizados pelo IBGE, suas regiões de influências sofreram expansões e retrações – entretanto, é fato que a sua relevância no cenário regional é mantida nos cursos dos anos e perdura até os dias atuais. Nesse sentido, para demonstrarmos essa influência regional em um contexto mais recente e específico, apresentaremos alguns dados sobre essa cidade a partir da mais recente publicação da REGIC.

01. Inicialmente, reforçamos que Mossoró apresenta o segundo maior nível de centralidade na rede urbana potiguar – o nível de *Capital Regional do tipo C*, sendo ultrapassada apenas pelo Arranjo Populacional (ou AP) de Natal – *Capital Regional do tipo A* (Figura 01). Ela está sobre as áreas de influência do AP de Natal e Recife (*Metrópole A*) (IBGE, 2020b).

Figura 01: Rede Urbana do estado do Rio Grande do Norte (2018) conforme a REGIC de 2020



Fonte: Adaptado do documento das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) (IBGE, 2020b).

- 02.** Em relação à região de influência de Mossoró, encontramos sobre a seguinte abrangência espacial: 01 *Centro Subregional do tipo B* (Pau dos Ferros), 03 *Centros de Zona do tipo B* (Antônio Martins, São Miguel e Patu) e 48 *Centros Locais* (ver Figura 01) (IBGE, 2020b).
- 03.** Em uma escala de 10 níveis de Centralidade de Gestão Pública (a CGP) e de Centralidade de Gestão Empresarial (a CGE) – 1A, 1B, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, sendo 1A o nível de maior expressividade – Mossoró apresentou, respectivamente: **nível 04 de CGP** (isso significa dizer que essa cidade possui instituições públicas relevantes no e para o cenário regional a qual se encontra, tais como, Justiça Federal e Eleitoral, Justiça e Secretaria do Trabalho, IBGE, INSS, Receita Federal – e que mantém articulações socioespaciais com outras áreas urbanas através desses serviços); e **nível 05 de CGE** (isso representa qualitativamente que essa área tem sedes ou filias de empresas que atuam e fazem interligações com diferentes cidades na/da rede) (*ibidem*);
- 04.** Apresenta valores significativos de centralidade na rede urbana do RN no que se referem as seguintes temáticas: centralidade das atividades financeiras, de ensino de graduação e pós-graduação, de educação à distância, serviços de média e alta complexidade de saúde.

É importante enfatizarmos que as atividades comerciais e a prestação de serviços são elementos-chave no processo de classificação da hierarquia urbana brasileira no decorrer dos estudos realizados pelo IBGE. Nesse sentido, o fato de Mossoró ocupar um lugar de destaque em sua rede urbana ao longo dessas investigações, evidencia que as atividades terciárias foram e são fundamentais para a sua conformação e evolução enquanto centralidade regional (Silva, 2017). Contudo, questões nos vêm à mente mais uma vez e reforçam a ideia base desse estudo: Quais agentes socioespaciais participaram e influenciam na (re) produção desse fenômeno em Mossoró? E qual é o papel do Estado no processo de conformação, evolução e permanência da centralidade nessa urbe? São questões como essas que nos levam a escrever a próxima seção.

3. ESTADO E A PRODUÇÃO DE UMA CENTRALIDADE REGIONAL NO RN

Iniciamos a presente seção enfatizando que a atual configuração da malha urbana do RN tem fortes ligações com a divisão territorial do trabalho que ocorreu nesse espaço durante o processo de ocupação de suas terras e desenvolvimento de suas forças econômicas clássicas, a exemplo da criação de gado no interior e o cultivo de cana-de-açúcar no litoral (Felipe, 1988). Essas atividades promoveram especializações produtivas no território e foram essenciais para

a formação da rede urbana potiguar, uma vez que, o desenvolvimento dessas economias (base) originaram vários embriões urbanos que hoje fazem parte dos sistemas de cidades desse estado.

Seguindo um enredo espaço-temporal semelhante ao de outras áreas da região Nordeste, a atividade canavieira impulsionou a pecuária para o interior do Rio Grande do Norte, que por sua vez, fez surgir um número significativo de fazendas espalhadas por esse território. Com o curso do tempo, esses núcleos rurais começaram a crescer, a abrigar moradores e a expandir as suas dinâmicas sociais; a posteriori, deles surgiram povoados, arraiais, vilas e cidades (Pinheiro, 2006; Silva, 2017). A urbe mossoroense não fugiu a esta realidade e “[...] como quase todas as cidades do interior nordestino, começou a organizar seu espaço através das atividades” ligadas a agricultura e a pecuária (Felipe, 1980, p. 07), de uma fazenda de gado, uma capela, um rio e uma aglomeração de casas que se instalavam nas áreas adjacentes (Silva, 2017).

De 1772 – ano em que foi construída a Capela de Santa Luzia; marco temporal para o surgimento da cidade mossoroense – até o ano de 1857, o desenvolvimento das formas e das práticas socioespaciais e urbanas em Mossoró ocorriam de forma lenta; existia nesse território, uma especialização produtiva centrada nas indústrias pecuaristas e uma prática comercial pouco expressiva e ainda incipiente (Felipe, 1982; 1988; Pinheiro, 2006; Rocha, 2009).

Cabe assinalarmos que a partir de 1850, Mossoró vivenciou o declínio das atividades pastoris e o surgimento de novos ramos ou potencialidades econômicas, tais como, a extração da cera de carnaúba nas margens do rio Mossoró e a exploração do sal marinho. Paralelo a isso, ela começou a escoar essas produções extrativistas através do Porto Ilha (distante 07 léguas desse embrião urbano), e passou a receber e a instalar espaços comerciais em seus traçados pré-citadinos (Pinheiro, 2006), o que viabilizou “[...] os primeiros passos do que viria a ser uma grande praça comercial a nível regional [...]” posteriormente (Silva, 2017, p. 76). Apesar disso, foi somente no ano de 1857, que novos rumos começaram a serem traçados em (para) Mossoró.

No ano citado, Mossoró passou a ser envolvida por uma nova atmosfera econômica e urbana em decorrência de acontecimentos e ações externas: nesse momento, o Porto Fluvial de Aracati – situado no Rio Jaguaribe (no Ceará) e responsável pelo abastecimento de diferentes regiões do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte – cessou suas práticas portuárias em virtude do assoreamento do seu curso d’água. Esse evento impossibilitou o escoamento das mercadorias dos comerciantes locais e regionais e gerou a necessidade de se encontrar um novo espaço de ancoragem para as embarcações que faziam rotas e apoio nesse porto; a partir dessa limitação físico-locacional e por meio de uma subvenção concedida pelo Governo Provincial

da época, os navios da Companhia Pernambucana de Navegação Costeira começaram a aportar periodicamente no Porto Franco (Porto de Mossoró), em horizontes mossoroenses. Estes fatos influenciaram o desenvolvimento urbano (e espacial) e econômico de Mossoró, uma vez que, atraíram comerciantes, firmas e capitais (investimentos) externos e dinamizaram o comércio e o espaço local, encerrando o ciclo pecuarista e dando lugar a uma “nova” sociedade, agora com perfil mercantil, comercial, compradora e exportadora – e de forma concomitante, alcançando o *status* de *Empório Comercial* (Felipe, 1988; Pinheiro, 2006; Rocha, 2009; Silva, 2017).

Nas palavras de Silva (2017, p. 78), as atividades comerciais passaram a comandar e a ordenar a organização socioespacial e econômica de Mossoró, projetando-a como um “espaço de destaque, como uma grande praça comercial [para região], lugar de troca, de comercialização e de abastecimento entre o sertão e o litoral”, fazendo surgir assim, às primeiras manifestações do fenômeno da centralidade regional nesse lugar. Cabe destacarmos que as relações comerciais desenvolvidas a partir do espaço mossoroense nesse momento se estendiam pelas regiões Oeste, Centro-norte e Agreste do território potiguar, e atingiam espaços externos, a exemplo das áreas do baixo e médio Jaguaribe, no Ceará, e da faixa noroeste da Paraíba, entre as bacias do rio Peixe e do rio Piancó (Pinheiro, 2006; Rocha, 2009; Silva, 2017).

Felipe (1980, 1982) relata que há três eventos principais que explicam a formação desse fenômeno: **01.** A chegada e a atuação da Companhia Pernambucana de Navegação Costeira na urbe mossoroense, já relatada anteriormente; **02.** A sua posição geográfica entre o sertão e o litoral; **03.** A seca ocorrida no ano de 1877. Posto isso, fica a pergunta: Como o Estado influenciou na configuração desse cenário de influência regional e esteve ligado a alguns desses eventos? Primeiro, depreendemos que a subvenção concedida pelo Governo Provincial a Companhia Pernambucana de Navegação Costeira para ancorar seus barcos em horizontes mossoroenses, por exemplo, explicita como uma ação estatal pode interferir diretamente nas dinâmicas dos lugares, dando-lhes novas funções e papéis nas tramas urbanas em que estão inseridos – foi o que aconteceu em Mossoró a partir do ano de 1857.

Enfatizamos que o “lugar” de Empório Comercial conquistado por Mossoró gerou um conjunto leis e de ações, de ordem políticas, coordenadas pelas autoridades (pelos interesses) locais (burgueses), com a finalidade de promover uma maior dinamicidade econômica para essa área; conseqüentemente, potencializar a sua influência sobre outros espaços e regiões. Citamos como exemplo: as legislações provinciais criadas nesse momento para estimular o comércio em Mossoró: a Lei 149 (abril de 1859), que autorizava abertura de estradas interligando Mossoró a

Aracati; a Lei 590 (de 23.12.1865), que garantia a redução de impostos para negociantes fixados no Porto Jurema no rio Mossoró; a Lei 600 (de 11.06.1867), que isentava os comerciantes de Mossoró do imposto de 5% em cima da exportação estrangeiras (ou externas), durante os três primeiros anos de sua atividade, dentre outros exemplos (Felipe; 1980; 1988; Cascudo, 2001).

Além dos elementos apresentados, pontuamos que a seca de 1877 foi um dos eventos basilares para a conformação de Mossoró como Empório Comercial e centralidade regional; e evidencia, mais uma vez, a importância da atuação do Estado nesse processo. No referente ano da seca, a urbe mossoroense já ocupava um patamar de destaque na região, e aparecia como um lugar com alternativas de sobrevivência (Felipe, 1980). Silva explica que “por apresentar tais aspectos, o Governo Geral enviou recursos para essa cidade com a finalidade de amenizar as mazelas decorrentes dessa estiagem, atraindo [...] um grande volume de pessoas [...] para esse espaço” (2017, p. 82), e gerando força de trabalho (ou mão de obra barata) para os comerciantes e salineiros mossoroenses e impulsionando o crescimento comercial desse lugar (Felipe, 1980). Assim, percebemos que essa (atu) ação governamental influenciou na circulação de pessoas, na movimentação de capital e dinâmica urbana, comercial, econômica e regional de Mossoró.

Até as três primeiras décadas do século XX, o comércio era a atividade econômica chave de Mossoró. Entretanto, nesse período, diferentes fatores internos e externos – tais como, uma estrutura urbana insuficiente e/ou deficiente para manter a função de Empório Comercial; a necessidade de construção de novas vias de circulação para escoamento da produção local, a exemplo das ferrovias e das rodovias; a desvalorização dos transportes fluviais e marítimos; a chegada tardia dos trilhos ferroviários; e o fortalecimento de outras praças comerciais, como Campina Grande (Felipe, 1988; Rocha, 2009) – desencadearam o enfraquecimento e o declínio dessa atividade na urbe mossoroense, fazendo-a perder força e vitalidade e a “[...] voltar a ter por base de sua economia, as atividades agrícolas e extrativistas” (Silva, 2017, p. 85).

Esse “cenário de queda” não persiste por muito tempo. Sendo influenciada por uma nova dinâmica político-econômica no Brasil – pela política nacional de substituição das importações, introduzida a partir da década de 1930, cujo objetivo principal era estimular a industrialização do centro-sul do país, e especificadamente, São Paulo; e pela necessidade de matérias-primas a serem industrializadas – Mossoró se adaptou a essa nova realidade e conseguiu reorganizar sua dinâmica urbano-econômica, passando a ter como ente chave de sua economia, a produção, o beneficiamento e a exportação de produtos agrários e extrativistas (cera de carnaúba, óleo de oiticica, sal, agave, gesso, algodão, e outros) para as áreas industrializadas do país. Em outros

termos, podemos mencionar que a urbe mossoroense passou a vivenciar uma etapa produtiva e econômica diferente, assumindo, dentro de uma outra-nova divisão territorial e interregional do trabalho, uma especialização agroindustrial (Pinheiro, 2006, Rocha, 2009; Silva, 2017).

Felipe (1982) assinala que o período agroindustrial mossoroense pode ser dividido em 02 etapas: a primeira, do final da década de 1920 até o ano de 1954 – introdução das primeiras agroindústrias na urbe mossoroense; a segunda, entre os anos de 1955 e 1968 – diversificação e expansão do seu parque industrial. Nessa mesma linha de pensamento, Pinheiro (2006) relata que essa primeira fase foi marcada por uma ideologia desenvolvimentista e que a dinâmica agroindustrial de Mossoró estava voltada para as demandas produtivas do Centro-Sul do Brasil; já a segunda fase, esteve embasada em uma ideologia intervencionista “onde o planejamento assume papel importante no desenvolvimento econômico de todo o país, ocorre à especialização de sua indústria, visando à prestação de serviços [para a] própria cidade e região” (p. 83).

É importante citarmos que nessa segunda fase houve um crescimento significativo das atividades agroindustriais – foram instaladas 132 unidades produtivas e de beneficiamento –na cidade de Mossoró e que isso foi resultado direto da implantação das políticas intervencionistas propostas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujo objetivo essencial era promover o desenvolvimento territorial e econômico do nordeste, e paralelamente, “estimular a industrialização como forma de superar as dificuldades econômicas dessa região” (Santos, 2009, p. 99). Essa dinâmica política, econômica e industrial nacional gerou mudanças espaciais em Mossoró, a começar pela instalação dos estabelecimentos agroindustriais em seu traçado urbano, seguido de outras mudanças e respostas, tais como (Felipe, 1982; Rocha, 2009):

- 01.** A pavimentação das ruas, a construção de praças públicas, a ampliação e a distribuição da energia elétrica, a canalização de cursos d’água; construção de barragens submersíveis no rio Mossoró, para garantir o abastecimento da população, que crescia em ritmo acelerado;
- 02.** Surgimento de bairros operários, como por exemplo: Bom Jardim, Paredões, Baixinha, São Manoel, Alto da Conceição, Doze Anos, outros. Além da chegada de estabelecimentos de financeiros (ou de crédito). Esses estabelecimentos representavam a movimentação de capital que se reproduzia na cidade de Mossoró com as atividades agroindustriais;
- 03.** Revalorização do comércio e inserção de alguns equipamentos e serviços urbanos, tais como estabelecimentos de ensino, saúde, agências bancárias, igrejas, clubes, dentre outros. Esse momento revitalizou o comércio mossoroense “com forças suficientes para manter, juntamente com os serviços de saúde, educação, transporte e crédito bancário, a força

regionalizadora” (Felipe, 1982, p. 80) dessa cidade; essa realidade comercial começava a configurar “o papel que essa atividade manteria ao longo dos anos, qual seja, a de tornar o comércio de Mossoró como ‘complementar’ ao comércio de Fortaleza e Natal” (*ibidem*).

Frente a tais transformações e experiências, o que ocorreu em Mossoró durante as suas fases agroindustriais foi uma reorganização do seu espaço urbano e adaptações às dinâmicas econômicas e políticas que estavam ocorrendo no país, que a preparou “para participar de uma nova divisão territorial [regional] do trabalho; daí a construção de novas formas [atividades] e a incorporação de outros territórios [novas relações], que cumpriram funções diferentes das atuais” (Rocha, 2009, p. 53). Essa expansão do sistema industrial na urbe mossoroense e a sua participação nessa divisão territorial nacional fizeram com que essa cidade mantivesse a sua condição de centralidade regional e permitiu que ela se integrasse em um “novo” sistema de produção e circulação regionais, ampliando seus fluxos e sua região de influência.

Assim, é evidente que a atuação do Estado, seja ela de forma direta ou indireta, próxima ou distante, imprimiu uma nova dinâmica produtiva, urbana e econômica a esse centro urbano; e que as políticas estabelecidas em cada fase supracitada foram marcantes na dinamização das atividades agroindustriais, e conseqüentemente, nos processos que envolveram essa urbe, tanto no contexto intra como interurbano.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o papel de destaque da cidade de Mossoró no contexto nacional-regional começou a declinar, isso porque, suas agroindústrias iniciavam um processo de crise, impulsionadas pela combinação de fatores de cunho social, natural e econômico, tanto a nível interno/local como externo/nacional (Felipe, 1980; 1982; 1988), dentre eles: **a)** as secas e as limitações de produção de matérias-primas nesses períodos – diminuindo expressivamente seu volume produtivo; **b)** substituição dos gêneros agroindustriais produzidos/beneficiados em Mossoró por produtos industrializados e externos, o que gerou instabilidades e desequilíbrios de mercado (concorrência desigual); **c)** e a Política de Crédito implantada no território brasileiro depois do ano de 1964 – considerada como um dos fatores principais para declínio dessa fase.

Diante desse contexto de transformações, crises e instabilidades, e objetivando amenizar esses problemas, o Estado “acionou” diferentes políticas voltadas à dinâmica social, espacial, econômica e produtiva dessa cidade, dentre elas, podemos citar (a partir de Felipe, 1980, 1982, 1988; Pinheiro, 2006; Rocha, 2009; Silva, 2017):

- 01.** Política de colonização das agrovilas da Serra do Mel – objetivando absorver a classe operária “expulsa” das atividades salineiras de Mossoró (em virtude da mecanização);
- 02.** Política de industrialização voltada à produção de bens intermediários – ação que refletiu na mecanização das salinas e na implantação de empresas-indústrias, tais como Mossoró Agrícola (MAISA), Usina de Beneficiamento de Óleos e Castanhas (USIBRÁS), a Fábrica de Cimento Nassau (Itapetinga S.A.), dentre outras;
- 03.** Implantação de infraestruturas ligadas às atividades industriais, tais como, a construção do Distrito Industrial (na BR 304) e do anel viário (BR 304) contornando a cidade no sentido oeste e ligando as cidades de Natal e Fortaleza;
- 04.** Instalação da Petrobras na cidade e das demandas produtivas geradas por essa empresa e setor (surgimento de meios de hospedagem, serviços e comércio especializado, outros);
- 05.** Construção de instituições de ensino superior: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Escola Superior de Agronomia de Mossoró (ESAM, atual Universidade Federal Rural do Semiárido, UFRSA);
- 06.** Inclusão de Mossoró no Programa de Capitais e Cidades de Porte Médio, integrante do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbana (PNDU), responsável pela composição de diferentes serviços estruturais, pela ampliação de serviços bancários, pela chegada de agentes financeiros (Caixa Econômica Federal, por exemplo), pela construção do terminal rodoviário e de alguns conjuntos habitacionais (de cunho público e financiado);
- 07.** Ações do Governo Estadual em Mossoró – investimento em bens e serviços públicos, expansão da rede de ensino e dos serviços de saúde, a entrada de filiais de órgãos estaduais em Mossoró. Dentre outros planos, projetos e políticas públicas.

Essas ações estatais geraram novos espaços de serviços, tanto públicos como privados, ampliaram os existentes, criaram novos postos de trabalho, estimularam a circulação monetária e a ampliação da atividade comercial em Mossoró, além da mobilidade da força de trabalho regional (Felipe, 1982). Com uma estrutura terciária em ascensão, Mossoró consolidou uma nova função urbana – de centro terciário; prestador de serviços – e reafirmou sua posição (sua condição) de centralidade urbanorregional, atraindo fluxos de várias cidades circunvizinhas, que procuram serviços e formas comerciais ofertadas por essa urbe (Silva, 2017) – a exemplo do que foi exposto da seção anterior. É importante enfatizarmos que no decurso dos últimos anos, e principalmente a partir da década de 1980, Mossoró assumiu “novos papéis” na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), uma vez que, além das atividades comerciais e da prestação

de serviços, esse centro tornou-se exportador de petróleo, centralizou a produção salineira e se inseriu na produção do agronegócio, através da fruticultura irrigada (Elias, Pequeno, 2010) – abrindo-se para novas dinâmicas, agora não mais restritas as ações locais e nacionais, impostas pelo processo da globalização e pela lógica neoliberal.

Por fim, e não menos importante, reforçamos que as funções “de vender e de ofertar” serviços e mercadorias foram estruturadas facilmente em Mossoró por duas razões basilares: i) primeiro, pela influência histórica (do período de Empório Comercial e da fase agroindustrial) dessa urbe sobre a região; e segundo, pela carência de serviços e das atividades comerciais nas cidades circunvizinhas a Mossoró, criando uma condição de dependência terciária que perdura até os dias atuais (Felipe, 1980; 1982; Silva, 2017). Nesse jogo de metamorfoses, o Estado tem influenciado nas dinâmicas espaciais e socioeconômicas de Mossoró, seja implantando espaços de serviços, seja facilitando a entrada de investimentos externos, a exemplo das empresas e capitais internacionais, seja injetando recursos nos mais diversos setores dessa urbe, ou criando as condições favoráveis à reprodução do capital nesse lugar. Pensando de maneira dialética, ao mesmo tempo em que as ações estatais foram um dos elementos que influenciaram na formação e consolidação da centralidade regional de Mossoró, elas também agiram (continuam a operar) no sentido de estabelecer e potencializar as disparidades entre as cidades, criando carência que se avolumam com o decorrer do tempo (e dos espaços, e das classes sociais).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo desse artigo mostram a cidade de Mossoró como uma área urbana central na (para) região. Sua evidência urbanorregional é manifestada através de suas funções, equipamentos e atividades urbanas, a partir do seu dinamismo socioespacial e econômico e de sua capacidade de polarização dos fluxos exógenos; essa notoriedade é pretérita e mutável no decurso da história de Mossoró. Entretanto, sempre foi estabelecida e redefinida através de suas forças econômicas e produtivas – seja como Empório Comercial, seja como Espaço Agroindustrial ou como Centro Terciário, Prestador de Serviço. Sendo assim, frisamos que a centralidade regional de Mossoró é resultado dos “[...] processos socioeconômicos que ocorreram nesse espaço urbano [...] das alternâncias econômicas e [re] produtivas que vem desenhando e modelando esse centro [...] ao longo de sua história [...]” (Silva, 2017, 148).

Pensando na escala espacial do território potiguar, e tomando por base os pensamentos de Santos (2009), enfatizamos que a estrutura urbana do RN representa o “[...] tratamento que

os programas e as políticas públicas têm determinado para o estado, em função de interesses corporativos dos atores econômicos hegemônicos, onde algumas cidades são privilegiadas [por exemplo, Mossoró e Natal] pelos investimentos” (p. 106), em detrimento de outras, que ainda não receberam ou ainda estão na “fila” de espera por ações mais efetivas do Estado.

Nessa perspectiva, é importante destacarmos o papel (ou a atuação) do Estado, enquanto agente socioespacial, no processo de formação e reafirmação da centralidade urbanorregional de Mossoró. Historicamente, esse ator vem implantando diferentes ações que (re) fortalecem a racionalidade produtiva e econômica dessa urbe – a exemplo do que foi exposto no decurso desse texto; e tem atuado como um ente balizador de ações, de programas, de investimentos e estratégias que tem favorecido, tanto do ponto de vista econômico como espacial, a centralidade de Mossoró na (e para a) região. Tais atos repercutem expressivamente nas relações de trabalho, afirmam e intensificam a centralidade de Mossoró através de estratégias políticas e econômicas que perduram até os dias atuais. Logo, mais do que um espaço de troca (de empório comercial), de produção agroindustrial, ou de uma área prestadora de serviço, essa cidade se configurou como uma obra dos agentes sociais, históricos, econômicos e políticos, que por suas atuações, projetaram sobre um espaço sua visão de vida, ideologias, relações de classe (Felipe, 1980).

5. REFERÊNCIAS

CANTARIM, Fernanda. Estudos de Redes Urbanas no Brasil: reflexões sobre transformações metodológicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, 36, dez. 2015

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. **Revista de Geografia da USP**. São Paulo: n. 01, p. 105-111, 1982.

CASCUDO, Luiz Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. 4. ed. Mossoró: ESAM, 2001.

CHRISTALLER, Walter. **Os lugares centrais na Alemanha do Sul**. Tradução de Mário Antonio Eufrásio. São Paulo: [s.n.], 1981.

CORRÊA, Roberto L. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: UNESP, 2018.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E; ELIAS, D; SOARES,

B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283

FELIPE, José Lacerda Alves. **Elementos de Geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: Universitária, 1988.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Mossoró: um espaço em questão**. 1980. Mossoró (RN): Coleção Mossoroense, 1980. Vol. CCXXXVI.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Organização do espaço urbano de Mossoró**. Fundação Guimarães Duque: Coleção Mossoroense, série C, vol. CCXXXVI, 1982.

FONSECA, Priscilla Rodrigues. A localização diferenciada dos investimentos e seu impacto na estruturação socioespacial das cidades à luz da teoria da causação circular. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais (@Metropolis)**, Rio de Janeiro: n, 28, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades (Mossoró): População Estimada (2020a)**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades (Mossoró): Produto Interno Bruto (2021)**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência de Cidades: Revisão atualizada do estudo Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro. IBGE, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência de Cidades 1993**. Rio de Janeiro. IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência de Cidades 2007**. Rio de Janeiro. IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência de Cidades 2018**. Rio de Janeiro. IBGE, 2020b.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da Geografia. In: GEORGE, Pierre et al. **A Geografia Ativa**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1975. (p. 279-321). Tradução: Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson de La Corte e Vincenzo Bochicchio.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução do grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l’ espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev/2006.

PEREIRA, Anete Marília; FRANÇA, Iara Soares de; SILVA, Isabella Cristina Cordeiro Da. Centralidade regional e novos arranjos territoriais na cidade de Montes Claros/MG. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 14, p. 43, 2015.

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de urbanização da cidade de Mossoró: Dos processos históricos à estrutura urbana atual**. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

ROCHA, A. P. B. **Expansão urbana de Mossoró: período de 1980 a 2004**. Natal: UFRN, 2009.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e o regional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade, Brasília. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.

SANTOS, Camila Dutra dos. A cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte: processo de formação e produção do espaço urbano. **Mercator**, v. 8, n. 17, p.97-108, 31 dez. 2009.

SANTOS, Milton. **A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade**. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo; Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977. p. 81-99.

SILVA, Moacir Vieira da. **O terciário e a Centralidade Urbanorregional de Mossoró-RN**. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, UFRN, Natal, 2017.

SILVA, Oséias Teixeira da. O conceito de centro e centralidade com um instrumento de compreensão da realidade urbana. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. **Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do Território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Território (Laget)**, UFRJ. Ano 3, n.4, Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

TAYLOR, P. J. Specification of the world city network. **Geographical Analysis**, New York, v. 33, n. 2, p. 181-194, Apr. 2001.